

Cooperação e cooperativas: instrumentos de organização e de resistência dos trabalhadores sem-terra

*Claudete Pagotto**

Resumo:

O objetivo deste artigo é contribuir para a reflexão sobre o duplo caráter do cooperativismo: como instrumento de organização política e econômica dos trabalhadores. Em algumas vertentes teóricas do socialismo do século XIX verificamos que há uma presença destes pensamentos, no que se refere à análise da manifestação ampliada de alternativas de trabalho em moldes cooperativos. Nesta perspectiva, evidencia-se a existência do duplo caráter do cooperativismo, nas organizações cooperativas recriadas no interior de lutas sociais, cujos resultados tem buscado atender as necessidades mais imediatas e mais amplas dos trabalhadores sem-terra na construção dos assentamentos rurais conquistados e, sobretudo, em construir espaços de resistências às políticas econômicas neoliberais e às contradições do capitalismo.

Temas contemporâneos que nos remetem à Europa do século XIX

Esta temática nos remete a um conjunto de questões, com as quais se articulam e se desenvolvem, às vezes contraditoriamente, variadas concepções teóricas. Noções carregadas de maior ou menor “utopismo”, no bojo das lutas operárias do século XIX, indicavam uma alternativa às contradições das relações capitalistas com o objetivo de realizar transformações sociais, mediante a constituição de associações e cooperativas, que de modo geral, não buscavam abalar as estruturas do sistema. Entretanto, estes projetos utópicos foram as principais manifestações de solidariedade operária antes mesmo do seu desenvolvimento como organização, como classe social. As práticas de ajuda mútua e autogestionárias que se ampliaram no interior do processo de desenvolvimento capitalista na Europa do século XIX, se incorporavam distintamente tanto aos lineamentos do sistema econômico como às lutas sociais.

Articuladas a estas práticas encontram-se distintas denominações tais como: “associacionismos”, “comunalismos”, “conselhos operários”, “anarco-sindicalismo”, “soviets”, “autogestão socialista” e “cooperativismo”. Para o desenvolvimento deste artigo, procuramos analisar as potencialidades de transformação social no processo de constituição e funcionamento de cooperativas.

A busca da vida, da liberdade e da felicidade humana foi a principal “herança” legada, por algumas das principais correntes do ideal iluminista, aos socialistas. O ideal rousseauiano de distribuição igualitária da riqueza exerceu forte influência sobre as críticas socialistas da sociedade, estimulando a crença

* Mestre em Ciências Sociais pela PUC/SP e membro do NEILS

numa ação social voltada para o interesse geral, em clara contraposição ao crescente individualismo (outra “herança” iluminista) que se desenvolvia principalmente na Inglaterra e na França do século XIX, no bojo da expansão da sociedade capitalista industrial.

A crítica social e as análises econômicas centralizavam-se na construção de uma sociedade a partir de um modelo associacionista ou cooperativo. A influência do igualitarismo rousseauniano dava aos chamados socialistas utópicos um certo caráter crítico. Havia, ainda que embrionária, a identificação de socialismo com uma sociedade baseada na propriedade coletiva e na gestão comum dos meios de produção¹. Bem menos presente era a concepção de como transitar para este novo tipo de sociedade.

Num período em que a designação de socialismo significava uma oposição clara ao individualismo, ao modelo liberal-capitalista de mercado competitivo, era natural, segundo Hobsbawm, a imprecisão do termo, sendo, portanto “necessário distinguir dois aspectos no primeiro socialismo”: o crítico e o programático. O socialismo crítico se constituía por dois elementos principais: a teoria da natureza humana e da sociedade, derivada de diversas correntes do pensamento setecentista e a análise da sociedade na perspectiva do desenvolvimento histórico. E, o socialismo programático, se definia pela variedade de propostas para a criação de uma nova economia sobre a base da cooperação e, ainda, pelas tentativas de reflexão sobre a construção de uma sociedade ideal (1980: 44).

Para grande parte do movimento operário, socialismo implicava adesão à conotação “programática”: à construção dos meios que pudessem organizar a sociedade num modelo associacionista e cooperativo e oferecer elementos concretos para levar adiante o sonho de uma atividade produtiva independente.

A conotação programática de socialismo, ou melhor, o sonho de utopia cooperativista capaz de emancipar o trabalho da exploração capitalista, diluiu-se numa gama de cooperativas de consumo e de produtores, em especial nas cidades industriais da Inglaterra – construiu-se, assim, o chamado “movimento cooperativo”.

O curso deste “movimento” passou pela sua identificação conservadora ou renovadora, no interior de um processo histórico de formação da classe operária. O caráter ideológico do cooperativismo começa a delinear-se: por um lado, cerca a autonomia das cooperativas, condicionando suas particularidades aos interesses da classe dominante, mas, por outro, pode desdobrar e superar este condicionamento em favor dos interesses das classes subalternas.

Já no século XIX, no auge das crises, das altas dos preços dos gêneros de primeira necessidade e das greves, as cooperativas exerceram um papel importante na organização dos trabalhadores. Recorrendo-se à ajuda mútua entre os trabalhadores qualificados foi possível garantir fundos que pudessem assegurar, pelo menos durante um determinado tempo, sua condição de vida, ou ainda criar outros projetos de atendimento coletivo a outras necessidades.

¹Identificação essa, segundo Hobsbawm, que só foi incorporada ao uso comum com “o nascimento dos partidos políticos socialistas”. O autor ressalva que, mesmo atualmente, esta identificação é incompleta (1980: 43).

Voltadas para a organização do trabalho de forma voluntária, através da troca eqüitativa entre produtores organizados individualmente ou em associações, desenvolveram-se as idéias coletivistas, associacionistas e mutualistas. Estas últimas serviram de base para as formulações elaboradas por P-J Proudhon. Para este pensador a sociedade é um organismo que se desenvolve de acordo com seu ordenamento natural, pela autodisciplina e cooperação voluntária das pessoas. As contradições existentes na sociedade são de ordem econômica e podem ser resolvidas por meio de relações mutualistas. Estas, baseadas na justiça e no progresso, podem promover redes de solidariedade social capazes de assegurar a harmonia e o equilíbrio entre as gerações, desde que façam da concorrência, da entrada e saída de capitais e do monopólio, um benefício, uma igualdade política entre os cidadãos e uma garantia de seguridade a todos (Proudhon, 1974: 358).

O trabalho, organizado por meio do mutualismo pode reger a organização da economia e a organização política da sociedade. Sob esta condição, é possível que cada família, cada indivíduo, possa receber segundo o resultado de seu trabalho, de acordo com o princípio de “troca justa”. Neste sentido, a organização do Estado se confunde com a própria organização do trabalho a partir da implementação de reformas na esfera econômica, tendendo a aproximar cada vez mais a possibilidade de uma organização baseada na igualdade “em outras mãos que não as do Estado”, que possa garantir a combinação de trabalho e da instrução, e permitir que cada trabalhador, de “simples operário industrial e artista”, se torne um “assalariado patrão” (Proudhon, 2001:129-130).

Tendo em vista que o mutualismo prevê uma concorrência solidária entre capitais, Proudhon concebe a formação de um “Banco do Povo” com a finalidade de assegurar as reformas econômicas necessárias à realização da organização do trabalho em moldes autogestivos. Os ativos deste Banco seriam provenientes de contribuições impositivas aos capitalistas e também aos próprios trabalhadores, cabendo-lhe a função de oferecer a disponibilidade de créditos reduzidos.

Entre a “comunidade estatal”, apregoada por algumas das doutrinas socialistas e a sociedade fundada na “propriedade capitalista”, para Proudhon, a solução para as mazelas sociais decorrentes das contradições puramente econômicas, seriam advindas da constituição de um “mundo autogestionário”. A “propriedade capitalista dominante social deve se tornar função social, função dependente da sociedade”. O Estado, “dominador da sociedade”, deve também se tornar uma função social, um “funcionário da sociedade”, uma federação de grupos autônomos. (Bancal, 1984: 83, 176-182).

Para além da perspectiva proudhoniana, na produção capitalista, as cooperativas aparecem como uma forma essencialmente contraditória. Internamente, os trabalhadores são responsáveis pela produção coletiva, neste caso há uma negação do processo de exploração da força de trabalho mas, por se encerrarem na lógica da concorrência, permanecem sujeitas ao processo de acumulação do capital. Deste modo, encerradas numa perspectiva de transformação meramente econômica estas organizações coletivas tendem a degenerar-se ou a se transformar em empresas capitalistas.

Esta tendência pode ser analisada no exemplo das cooperativas de consumo dos Pioneiros de Rochdale. Sob forte influência do owenismo, os

trabalhadores desempregados na cidade de Rochdale, norte da Inglaterra, em 1844, resolveram organizar um armazém de consumo. Esta cooperativa foi uma das experiências de ajuda mútua, de compra e venda de artigos de primeira necessidade a preços baixos e, assim como na atualidade, tinham o objetivo de minimizar os efeitos da fome, da pobreza, das extensas jornadas de trabalho, das baixíssimas remunerações e do desemprego. Mas, de uma cooperativa de consumo operária, as dos Pioneiros de Rochdale, assim como outras, se converteram numa associação de comerciantes inserida no sistema como mais uma empresa capitalista.

Entretanto, no Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores de 1864, K. Marx, destaca a importância do “movimento cooperativo” e das fábricas cooperativas criadas sem apoio do governo, mas por iniciativa dos trabalhadores, como parte de um processo de reorganização dos trabalhadores após as derrotas transcorridas após 1848 e que culminou na redução, por lei, da jornada de trabalho para dez horas.

O “movimento cooperativo” pôde comprovar na prática que uma produção em escala era possível sem que os meios de produção estivessem nas mãos de um capitalista. E ainda, que o “trabalho sob as formas de emprego assalariado, de trabalho servil e de trabalho escravo é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado” (Marx, 1983: 11).

Em oposição a esta perspectiva, também após as revoluções de 1848, começava a se delinear um cooperativismo adaptado ao liberalismo econômico, que incorporava tanto as experiências cooperativas exitosas, como a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale como os pensamentos de Robert Owen, Charles Fourier, Louis Blanc, Phillipe Buchez e Charles Gide.

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, e diretamente a Lassalle, Marx expõe as incongruências do programa do recém-fundado Partido Operário Alemão, especialmente quanto às propostas sobre as cooperativas. A crítica a Lassalle constituiu a principal manifestação de que os princípios fundamentais, reunidos na organização das cooperativas pelos próprios trabalhadores, demonstravam os sinais de suas profundas “deformações” (Fals Borba, 1973), adaptando-se aos lineamentos do liberalismo econômico. Dentre as propostas do Partido Operário Alemão, as cooperativas eram vistas como “meio para solucionar o problema social, com a ajuda do Estado e sob o controle democrático do povo trabalhador, e que delas pudesse surgir uma organização socialista de todo o trabalho” (Programa do Partido Operário apud Marx, 1975: 237). Para Marx, Lassalle considerava que o conceito de “povo trabalhador” definido no Programa não era consistente para definir a composição da classe trabalhadora que, na Alemanha daquela época, consistia numa maioria de camponeses e não de proletários. Além disso, a noção de democracia, apontada no Programa, não estava adequada à noção de governo do “povo trabalhador”, porque este, “nem está no poder e nem se acha maduro para governar”. Para Marx, o Programa adequou as “receitas” dos socialistas franceses e abandonou o ponto de vista do movimento de classes, para “retroceder ao movimento de seitas”, uma vez que “as sociedades cooperativas *só* têm valor na medida que forem organizadas pelos próprios trabalhadores, sem estar vinculadas ao Estado e a burguesia” (Marx, 1975, 237-238 grifos do autor).

A social-democracia, tradição herdada de Lassalle², adquiriu um caráter revisionista das obras de Marx a partir de Eduardo Bernstein, nos últimos anos do século XIX. Rosa Luxemburgo demonstrou que as propostas de Bernstein promoviam uma ruptura entre a luta por reformas sociais e a luta pela revolução socialista. Seguindo os passos do idealismo de Bernstein, Rosa demonstrou as incongruências de cada um deles. E, no que se refere às cooperativas de produção, há uma clara apreensão do que elas representam para o sistema capitalista. Para Luxemburgo, elas são “seres híbridos” porque, de dentro da economia capitalista, são capazes de produzir de forma “socializada”, mas estabelecem a troca de forma capitalista. Se a troca capitalista domina a produção, por sua vez domina também o processo produtivo nos patamares de empresa capitalista. Tal forma “socializada” de produzir ocorre pela “necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho, de empregar ou não conforme a situação do mercado de trabalho”. Resulta daí que os operários, na condição de governarem-se a si mesmos, vejam-se no papel absolutista de patrão capitalista. É sob esta contradição que as cooperativas de produção “morrem” (Luxemburgo, 1999:80-81). Para enfatizar o caráter contraditório das cooperativas de produção, Rosa cita textualmente Marx: “as fábricas cooperativas de operários são em si mesmas, nos quadros da forma antiga, a primeira ruptura dessa forma antiga, se bem sejam forçadas, naturalmente, a reproduzir em tudo, na sua verdadeira organização todos os defeitos do sistema existente”(Marx, *O Capital*, tomo III, apud Luxemburgo, 1999:81).

A forma de evitar a reprodução destes problemas para assegurar a existência de cooperativas no interior da economia capitalista está relacionada a um mercado, a um círculo constante de consumidores. Sob estas condições, as cooperativas de consumo são capazes de ampliar sua base, enquanto as de produção ficam limitadas ao mercado local, de preferência de produtos alimentícios, e acabam por se constituírem em anexos das de consumo. Levando em conta seu caráter híbrido,

as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção e de troca, constituindo no fundo, por conseguinte, um retrocesso da economia do grande capitalismo à economia mercantil da Idade Média (Luxemburgo, 1999:82-83).

Deste modo, a realização destas cooperativas (de produção ou de consumo) se estabelece, nos limites das lutas internas por melhores mercados consumidores; reduzindo a luta contra o capital a uma luta contra os pequenos ramos do capitalismo.

² Ferdinand Lassalle (1825-1864) compreendia que a “burguesia alemã era incapaz de uma luta revolucionária séria, e embebido de uma boa dose de nacionalismo alemão, deixou de apoiar os liberais e negociou com Bismarck, na vã esperança de alcançar, através dele e da monarquia, os dois grandes objetivos que apresentara ao movimento dos trabalhadores em sua ‘Carta Aberta’, ou manifesto, de fevereiro de 1863. Um destes objetivos era o sufrágio universal para democratizar o Estado; o outro era tornar o Estado, um participante ativo na mudança social, assegurando créditos às cooperativas de trabalhadores através das quais a economia seria aos poucos socializada” (Bottomore, 1988: 210-211).

As cooperativas apresentam, nesta perspectiva, uma importância limitada para a transformação das estruturas sociais – mas devem ser instrumento para isto e não um fim em si. Ao se tornarem meio e fim, os seus protagonistas concedem às suas conquistas imediatas uma grande realização, sem considerá-las como produto de relações de produção estabelecidas entre classes sociais antagônicas.

A partir da realização dos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional em Hamburgo e o da Internacional Socialista em Copenhague em 1910, o “movimento cooperativo” deixou de pertencer ideologicamente ao socialismo, tendo em vista que a idéia de cooperação deixou de ser contrária à concorrência. A experiência e os princípios dos Pioneiros de Rochdale tornou-se a base para a elaboração de leis e regulamentações específicas.

Procuramos ressaltar a importância de algumas vertentes do pensamento socialista sobre o “movimento cooperativo” com o objetivo de situar o cooperativismo como uma forma de organização do trabalho inseparável das lutas de classes. Pela sua natureza, o cooperativismo pode ser organizado contra ou a favor da emancipação dos trabalhadores e depende, portanto, de qual classe social o impulsiona e como. Neste sentido, há um abismo entre os dois pólos: de um lado, os trabalhadores que o organizam no sentido da superação dos mecanismos de exploração capitalistas; do outro, ou é empregado como meio de exploração do trabalho dos não cooperados ou é utilizado na condução de reformas sociais objetivando transformações graduais e pacíficas na sociedade.

Organizações cooperativas na contemporaneidade: soluções para o desemprego?

No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as leis cooperativistas foram criadas a partir da incorporação do modelo europeu, ou seja, dos Pioneiros de Rochdale a partir das orientações da Associação Cooperativista Internacional – ACI, com o objetivo de desenvolver e modernizar o processo de produção agrícola no país. O cooperativismo foi implementado a partir de um decreto em 1932³ e transformado em lei em 1971, de modo autoritário, com controle e intervenção do Estado e voltado essencialmente para a exploração agrícola em moldes de empresa agro-exportadora.

³ Entre o final do século XIX e começo do XX tem-se o registro de algumas cooperativas: em 1893 foi criado o Instituto de assistência e previdência na fábrica de Carlos A. Menezes em Camaragibe/PE; em 1894 as “casas operárias” e, em 1896, a “cooperativa do proletário industrial”, como cooperativas de empregados e operários da Usina de Goiana; havia ainda uma corporação operária constituída por “sindicatos mistos” de patrões e empregados; em 1847 sob influência do pensamento de Fourier, Jean Maurice Favre fundou com um grupo de europeus, nos sertões do Estado do Paraná, uma colônia de base cooperativa denominada “Tereza Cristina”; em 1889 sob influência do socialismo libertário, Giovanni Rossi fundou uma cooperativa no Paraná e em 1902 o jesuíta Teodor Amstadt introduziu as cooperativas de crédito – as “caixas rurais” - tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul (Chacon:1959; Pinho, 1966). Outras iniciativas se sucederam, mas vale destacar que a legislação cooperativista se confundia com a de sociedade anônima, pois permitia a distribuição de lucros e perdas: metade em partes iguais aos sócios e metade proporcionalmente entre os capitais, contrariando os princípios de Rochdale (Pinho, 1966:161).

A partir do final dos anos 80, se iniciou uma nova etapa da história do cooperativismo no Brasil, iniciando-se uma ampliação e uma diversificação das atividades cooperativas sem precedentes.

Em decorrência da reconcentração do capital industrial e financeiro, acompanhado do processo acelerado de renovação tecnológica e de reorganização do trabalho, a mão-de-obra desempregada passa a ser apropriada por iniciativas que, freqüentemente, estão à margem da lógica mercantil e do trabalho formal. Atividades de produção artesanal, domiciliar ou ainda, de venda de produtos no mercado informal demonstram que a exploração do trabalho ocorre de modo brutal: condições precárias de trabalho, extensão da jornada, intensificação do trabalho e remuneração que não ultrapassa os limites mínimos de subsistência. A não obrigatoriedade do vínculo empregatício, entre as cooperativas e os tomadores de seus serviços, apropriada no meio empresarial como mais um mecanismo de exploração do trabalho, contribuiu para a criação, no país, de um contingente amplo de “falsas cooperativas”. As mudanças legais estabelecidas num contexto de abertura política no Brasil deram o incentivo necessário à formação de cooperativas constituindo por um lado, um movimento que tem fortalecido a organização autônoma dos trabalhadores, mas de outro, se constitui como um mecanismo, uma estratégia que busca neutralizar os conflitos entre capital e trabalho.

Seguindo uma ideologia neoliberal, a “cooperação” e o espírito “empreendedor das bases” passaram a fazer parte dos métodos de administração e gerenciamento com o objetivo de reduzir custos, aumentar a produção e a produtividade, aliados à intensificação do uso de novas tecnologias. Formas flexibilizadas – terceirizadas e precarizadas – de organização do trabalho, como estas cooperativas, vêm sendo incentivadas, inclusive com a parceria do Estado, universidades e sindicatos. As cooperativas passaram a funcionar como “empresas” que terceirizam serviços e propiciam a redução de gastos com a gestão da força de trabalho, visando manter o controle da produção e dos lucros.

Há atividades que compreendem uma variedade de trabalhos exercidos sob determinações diversas. As cooperativas constituem parte destas atividades e uma alternativa de trabalho, que representam, para o trabalhador, uma promessa de mudança e transformação social. Assim mistificadas, as cooperativas passam a funcionar como dispositivo ideológico, por meio do qual são ocultadas as causas da crise e atenuadas as contradições sociais. Enquanto forma de trabalho, organizada na pequena produção ou na terceirização de serviços, as cooperativas podem ser analisadas nos marcos de uma produção artesanal e/ou domiciliar. Os trabalhadores organizados sob estas condições acabam por ser vendedores de mercadorias e não propriamente de sua força de trabalho. Mas, ao trabalhar com meios de produção próprios e ao reproduzir sua própria força de trabalho é possível que as cooperativas criem *mais-valia*, ou seja, acabam por se apropriarem do próprio trabalho excedente. Podem transformar a produção artesanal - a cooperativa - numa pequena produção capitalista que pode, inclusive, explorar o trabalho alheio. Ou perder os meios de produção e converter seus sócios cooperados em trabalhadores assalariados em outros empreendimentos ou, ainda, em mais um membro nas fileiras do *exército industrial de reserva*. Estas são as

tendências que movimentam estas atividades sob a égide do modo de produção capitalista.

As cooperativas passam a fazer parte de um projeto pelo qual se procura compensar a miséria por meio da combinação entre a concorrência capitalista com a solidariedade entre os indivíduos associados com mesmas habilidades laborativas. Segundo esta perspectiva atualmente predominante, as contradições do sistema podem ser resolvidas por meio da solidariedade, transformando-se a concorrência em um benefício para o indivíduo.

A idéia progressista de uma economia voltada para a solidariedade tende a se perder no cotidiano destes trabalhadores em busca de um alternativa de trabalho, ao se depararem com as relações de concorrência mercantil consolidadas e tendentes à oligopolização. A possibilidade de estabelecimento de um padrão de produção capaz de reverter de modo efetivo as condições materiais destes trabalhadores se restringe cada vez mais. Reproduzem-se relações de produção à margem da lógica mercantil, porém sob condições precárias e terceirizadas. Esvaem-se, nos planos subjetivo e objetivo, as possibilidades de que essas cooperativas possam contribuir para o incremento da organização política dos trabalhadores. Trata-se, ao nosso ver, de um processo objetivo, embora não seja, obviamente, irreversível, na medida em que pode ser afetado pela correlação de forças mais ampla.

Há neste processo algo que já estava contido nas primeiras experiências coletivas dos trabalhadores no século XIX. Destituídas de um conteúdo político mais amplo, acabam por reproduzir noções utópicas ou programáticas com o objetivo de minimizar os efeitos das contradições das relações capitalistas que se explicitam com maior agudeza nos períodos de crise econômica sobre a maioria dos trabalhadores.

Novas formas de luta e de resistência: a cooperação no MST

No Brasil, as primeiras experiências cooperativas foram baseadas nos princípios dos Pioneiros de Rochdale, não no ideal original de sua formação, mas num modelo criado pela gradual adaptação de seus princípios às relações econômicas capitalistas. Chamado “tradicional”, o cooperativismo brasileiro foi (e ainda é) utilizado como modelo de gestão de empresas comerciais, agroindustriais ou bancárias, que exploram trabalhadores não cooperados.

A partir dos anos 1990, o cooperativismo vem se articulando ao conjunto de programas sociais, destinados a oferecer, especialmente aos trabalhadores de baixa renda e que possuam uma habilidade profissional comum ou àqueles que integram uma parcela crescente de desempregados, assistência social, técnica e administrativa necessária para a formação de cooperativas. Tais “modelos” podem desenvolver mudanças sociais, mas no geral acabam por se converter em mecanismos de “ajustes” ou “correção” do sistema.

Na contra-mão deste processo, o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) recolocou a emergência da luta pela reforma agrária e por transformações sociais. Aí as experiências associativas e cooperativas também se articularam como instrumentos importantes de organização destes trabalhadores.

Segundo James Petras, o MST combinou ocupação de terras e manifestações massivas para exercer pressão sobre o governo para legalizar e financiar a redistribuição de terras. E, assim como os outros movimentos de base camponesas na América Latina, o MST difere dos movimentos do passado pelas seguintes razões: é autônomo e independente em relação aos partidos; seus líderes não formam parte de um aparelho burocrático; vincula as lutas setoriais a problemas políticos nacionais; possui vínculos com organizações regionais e internacionais; como outros movimentos camponeses, têm estado na vanguarda, buscando aliados nas cidades e nos parlamentos nacionais; e, por último, estão aprendendo uns com os outros quanto à elaboração de táticas concretas (2002).

O que confere ao MST uma característica inovadora deve-se, conforme Almeida e Sánchez, a um aparente paradoxo: “não haver abandonado, mas, ao contrário, desenvolvido criativamente, algumas características que marcaram os movimentos sociais” na segunda metade dos anos 1970 (1998:82).

Sob efeito dos episódios repressivos sofridos durante o governo Collor e enfrentando a baixa capacitação dos trabalhadores, o MST decide consolidar a formação de instâncias internas com a finalidade de promover a cooperação agrícola nas mais variadas formas, com acompanhamento técnico; organizar a produção e comercialização; administrar os créditos e fomentar o trabalho de base com o objetivo de propagar a noção pela qual ao tomar para si o controle do processo produtivo agrícola e da propriedade coletiva da terra, estes trabalhadores que antes se encontravam destituídos de recursos e de condições materiais, recobram-se como força social e, a partir de métodos próprios, restituem as tradições das lutas dos trabalhadores.

A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – (CONCRAB), tem o papel de subsidiar a estrutura autônoma do movimento e de ser instrumento para das transformações sociais almejadas. Conforme descrito em um de seus documentos, “o cooperativismo que nos propomos a construir defende a autonomia de organização e representação. O desafio é construir o próprio modelo do MST: que abarque as diferenças regionais, que aponte um modelo tecnológico alternativo; deve organizar a base para contribuir na transformação da sociedade” (Concrab, 1998:11).

Na década de 1990 o governo federal lançou uma série de programas – O Novo Mundo Rural – que atuavam diretamente no âmbito econômico das cooperativas agroindustriais. O RECOOP - Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária teve o propósito de reorganizar administrativa e gerencialmente as cooperativas de produção, impondo critérios de seleção que privilegiavam e concentravam as cooperativas agropecuárias e agroindustriais de grande porte sob o controle da OCB – Organização das Cooperativas do Brasil. A ênfase no modo empresarial de gestão, visando à geração de lucros e à adequação aos ditames neoliberais, teve também o objetivo de assegurar o controle político sobre elas, objetivando diminuir o avanço das formas de organização e de gestão cooperativa descentralizada, autônoma, voltada para o desenvolvimento dos cooperados e da comunidade em âmbito geral – como, por exemplo, as cooperativas vinculadas à CONCRAB.

Sob estas circunstâncias, é importante destacar que as lutas de classes no campo não estão, apesar de suas especificidades, submetidas apenas às influências da realidade agrária, mas inseridas num contexto político, econômico e ideológico mais amplo. Deste modo as mobilizações dos trabalhadores (desde a ocupação da terra até a organização dos assentamentos) são passíveis de interpretações economicistas, uma vez que as bases sociais deste movimento, se desenvolvem a partir da inserção dos trabalhadores na esfera produtiva. Mas os fatores econômicos tornam-se insuficientes para a apreensão do processo como um todo, na sua complexidade. O que não significa dizer que estes devam ser relegados a um plano secundário. As mudanças nas relações sociais de produção, fomentadas nos assentamentos do MST, implicam, necessariamente, mobilizações e enfrentamento político.

As transformações capitalistas no campo não se processaram de modo análogo ao do mundo urbano e industrial. Lá, houve uma adaptação da realidade agrária brasileira às relações capitalistas contemporâneas na medida em que houve sim, uma modernização econômica transformando os latifundiários em capitalistas e diversos tipos de pequenos produtores, em trabalhadores assalariados.

Nos anos 1980 apesar da crise econômica, a agricultura empresarial brasileira, segundo Germer (2002:267), foi o setor que mais cresceu. Obteve por meio de subsídios oficiais “uma seqüência de safras extremamente favoráveis decorrente de uma elevação sustentada e expressiva da produtividade”. Em contrapartida, a massa de pequenos agricultores vem prosseguindo “numa trajetória de empobrecimento e de proletarização”. Parte desta massa de trabalhadores é formada por semi-assalariados rurais, os quais, segundo Germer (2002:276) formam a principal “base social” do MST. Também denominados pequenos produtores semi-autônomos, em áreas menores que 20 ha, não dispoem de terra própria ou de equipamentos de tração animal para ou de ambos. Formam, portanto, um contingente de trabalhadores que vivenciam as contradições do desenvolvimento capitalista da agricultura de modo mais acentuado e de onde se originam as contestações ao regime.

De um lado a burguesia no campo se reconhece como classe empresarial, como possuidora de terras e de recursos produtivos. De outro, um grande bloco heterogêneo da força de trabalho rural com diferenciações internas e sem uniformidade política. A polarização entre as classes sociais no campo só ocorrerá quando estes trabalhadores se identificarem como classe social e assumirem, na esfera política, o espaço que já ocupam na econômica Germer (2002:276).

As estruturas agroindustriais montadas no passado estão cedendo espaço para a introdução de novas formas de organizar o trabalho agrícola nos assentamentos como mecanismo de resistência. A Comuna da Terra nos assentamentos próximos às cidades (“Dom Tomás Balduino”, “Terra Sem Males” e “Irmã Alberta”) nas Comunidades de Resistência nos assentamentos mais distantes dos centros urbanos, no Pontal do Paranapanema e em Andradina.

Estas experiências de controle do processo produtivo pelos trabalhadores questiona a separação entre o trabalhador e os meios de produção, bem como os produtos. Pode contribuir para desvendar os segredos da exploração capitalista. Apesar das deficiências que apresentam e da crise que as atinge, sinalizam em

escala reduzida, por meio da cooperação e das cooperativas, que os trabalhadores podem dirigir o conjunto da economia, podem, portanto, ser condutores do seu próprio destino.

Bibliografia:

- ALMEIDA, L. F. R. de. & SANCHEZ, F.R.(1998). "Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo". *Lutas Sociais*, nº 5.
- BANCAL, J. (1984). Proudhon, Pluralismo e autogestão: os fundamentos. Brasília: Novos Tempos.
- BOTTOMORE, T. (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar
- CHACON, V. (1959). *Cooperativismo e comunitarismo*. Universidade de Minas.
- CONCRAB (1998). "Sistema de Crédito Cooperativo". *Caderno de Cooperação Agrícola*, nº 8.
- GERMER, C. (1994). "Perspectivas das lutas sociais agrárias nos anos 90". In: STÉDILE, J. P. (org.) *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS.
- HOBBSBAWM, E. J. (1980). "Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano". In: *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, K. (1975). "Crítica ao programa de Gotha". In: *Textos*. Vol. I. São Paulo: Edições Sociais.
- _____. (1983). "Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores". In: *Obras Escolhidas*. Tomo II. Lisboa: Edições Avante.
- PETRAS, J. (2002). "El campesinado y el Estado en la América Latina". 7/03/02 (www.rebellion.org).
- PINHO, D. (1966). *O que é cooperativismo*. São Paulo: Burity.
- PROUDHON, P-J. (1974). *Sistema de las contradicciones económicas o filosofía de la miseria*. Vol. 2 Madri: Ediciones Júcar.